



16719169



08015.000177/2021-91

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, sala 224 - Bairro Zona Cívico-Administrativa, CEP 70064-900

Telefone: 6120259116 / 7530 / 3394 / 9433 - www.justica.gov.br

**PLANO DE TRABALHO  
CONVÊNIO PLATAFORMA +BRASIL Nº 915462/2021  
PROCESSO Nº 08015.000177/2021-91****1. OBJETO**

1.1. Modernização do Parque Computacional do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC).

**2. DIAGNÓSTICO:**

2.1. O presente convênio a ser firmado com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), contribuirá para a democratização do acesso à justiça, com a implantação de melhorias em sistemas informatizados e equipamentos, que trarão celeridade e maior eficiência nas tramitações judiciais. Nesse ponto, o Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) já é destaque nacional por ter 100% dos processos no 1º e 2º Grau de jurisdição totalmente eletrônicos.

2.2. A presente proposta, portanto, representa importante papel, vez que irá ampliar os serviços nos 22 municípios acreanos que operaram de forma virtual, através da aquisição de equipamentos. O presente projeto visa também contribuir com uma maior celeridade do Judiciário Acreano. O TJAC possui 2.109 mil colaboradores, entre magistrados, servidores administrativos e auxiliares. Esse grupo de colaboradores trabalha para uma população de 894.470 mil jurisdicionados. Daí se depreende a importância dos recursos tecnológicos para uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva.

2.3. Nesse ponto, o TJAC está em quarto lugar no ranking relacionado às fases de execução e conhecimento, nos processos em 1º grau. De acordo com o CNJ, a fase de conhecimento e execução é essencial para o andamento do processo judicial. Na primeira, o juiz recebe os fatos e os fundamentos jurídicos dos envolvidos na causa. A fase de conhecimento é o momento em que são apresentadas as provas e reunidos elementos disponíveis, bem como realizadas audiências para ouvir as partes e testemunhas. Em outros tribunais, a fase de conhecimento dura em média um ano e nove meses. Na Justiça Acreana, menos de um ano, sendo a média do TJAC aferida em 11 meses. Havendo, claro, processos que duram mais ou menos que a média, mas a regra é um atendimento ágil.

2.4. Já a execução processual é considerada a principal fonte de morosidade do Poder Judiciário, nessa etapa ocorre o cumprimento da decisão judicial. O tempo médio nacional foi estipulado em quatro anos e 10 meses. Segundo o comparativo, no Acre, a média é um ano e dois meses. Em ambos os critérios, quando se refina o indicador pelas regiões brasileiras, o TJAC também está com performance positiva, sendo o segundo lugar da Região Norte.

2.5. Considerando os dados acima expostos, com o Projeto de Modernização do Parque Computacional do TJAC, busca-se melhorar a posição do TJAC no cenário nacional, o que refletirá na prestação jurisdicional e nos indicadores de bons serviços jurídicos à comunidade acreana.

**3. ABRANGÊNCIA POPULACIONAL E REGIONAL:**

3.1. O público-alvo, ou seja, o segmento da sociedade com determinadas características em comum ao qual se dirige os resultados do projeto, abrange jurisdicionados acreanos e servidores do Poder Judiciário. É para esse público-alvo que as ações serão direcionadas. São 2.109 mil colaboradores, entre magistrados, servidores administrativos e auxiliares que serão beneficiados diretamente e cerca de 894.470 mil jurisdicionados serão beneficiados indiretamente com as ações do Projeto.

3.2. A localidade beneficiada será o Estado do Acre, que é uma das 27 unidades federativas do Brasil e localiza-se no sudoeste da Região Norte, fazendo divisa com duas unidades federativas do Amazonas ao norte e Rondônia a leste e faz fronteira com dois países: a Bolívia a sudeste e o Peru ao sul e a oeste. A área total do Acre é de 164 123,040 km<sup>2</sup>, que responde a 2% de todo o país. A cidade onde estão sediados os Poderes Executivos, Legislativo e Judiciário é a capital Rio Branco. Outros municípios com população superior a trinta mil habitantes são: Cruzeiro do Sul, Feijó, Sena Madureira e Tarauacá.

3.3. A população estimada do Estado do Acre em 2020 é de 894.470. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Acre é de 0,663, considerado médio. O último dado do Produto Interno Bruto do Acre foi de 15,33 bilhões. Apesar de um acréscimo de 0,5% do PIB, variação foi afetada pela queda em volume na agricultura. O PIB per capita, por sua vez, foi de R\$ 17.636,88.

#### 4. JUSTIFICATIVA:

##### 4.1. Caracterização dos Interesses Recíprocos

4.2. O pacto a ser firmado entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e o Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC), no intuito de viabilizar a execução do presente projeto, que está de acordo com a transferência de recursos financeiros visando a execução de programa de governo no 14. 422. 5015.2017 - Promoção da Política Nacional de Justiça, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.

#### 5. OBJETIVOS:

5.1. **Objetivos Gerais:** Melhorar a prestação jurisdicional aos acreanos, tornando-a mais efetiva, célere e eficiente, através da modernização do Parque Computacional do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC).

##### 5.2. Objetivo Específico:

- Adquirir equipamentos de informática para melhoria dos serviços judiciários nas Unidades Administrativas e Judiciais de Entrância Inicial e Final do TJAC, até dezembro de 2022;
- Substituir os equipamentos obsoletos do parque Computacional, ante a necessidade de constante atualização de software que ocorre nesta área;
- Permitir a implantação do "Juízo 100% Digital" no Poder Judiciário Acreano, onde todos os atos processuais serão praticados exclusivamente por meio eletrônico e remoto, até dezembro de 2022.

#### 6. PÚBLICO – ALVO:

6.1. **Beneficiários:** O público-alvo, ou seja, o segmento da sociedade com determinadas características em comum ao qual se dirige os resultados do projeto, abrange jurisdicionados acreanos e servidores do Poder Judiciário. É para esse público-alvo que as ações serão direcionadas. Estima-se 2 mil servidores, entre magistrados e administrativos serão beneficiados diretamente e cerca de 800 mil jurisdicionados indiretamente com as ações do Projeto.

#### 7. METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO E ESTRATÉGIA DE AÇÃO

##### 7.1. SELEÇÃO E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

7.2. Trata-se o objeto de bens comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, c/c art. 3º, II do Decreto nº 10.024/2019, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

7.3. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, pelo modo de disputa ABERTO, pelo critério menor preço por item, nos termos da Lei nº 10.520/2002, do Decreto Estadual nº 4.767/2019, Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 7.892/2013, Decreto nº 9.488/2018, da Lei Complementar nº 123/2006 e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/1993 e de outras normas aplicáveis.

#### 8. RESULTADOS ESPERADOS (MENSURAÇÃO):

8.1. A presente proposta visa melhorar operação dos sistemas e softwares utilizados no TJAC, e para tanto, há necessidade da substituição do parque de equipamentos. A melhoria da infraestrutura tecnológica contribuirá para ampliação e celeridade dos atendimentos da Justiça acreana e está totalmente alinhada a projetos nacionais de salto tecnológicos do Poder Judiciário, como a implantação do "Juízo 100% Digital", que é a possibilidade de o cidadão valer-se da tecnologia para ter acesso à Justiça sem precisar comparecer fisicamente aos Fóruns. No "Juízo 100% Digital", todos os atos processuais serão praticados exclusivamente por meio eletrônico e remoto, pela Internet. Isso vale, também, para as audiências e sessões de julgamento, que vão ocorrer exclusivamente por videoconferência. (Resolução No 345 do CNJ de 09/10/2020)

8.2. Para um bom acompanhamento e medição dos resultados da proposta, junta-se a este Plano de Trabalho o anexo Relatório Mensuração de Resultados (15601888).

#### 9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRO:

Meta	Especificação da Meta	Valor	Etapas	Especificação da Etapa	Valor	Vigência
1	Modernizar o Parque Computacional do Tribunal de	R\$1.365.000,00	1.1	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	R\$ 1.365.000,00	26 meses

Justiça do Estado do Acre (TJAC)

10. **CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:**

Número da parcela	Tipo I	Mês	Ano	Valor (R\$)
Parcela Única	CONCEDENTE	Dezembro	2021	R\$ 1.300.000,00
Parcela Única	CONVENENTE	Dezembro	2021	R\$ 65.000,00

11. **PLANO DE APLICAÇÃO:**

Tipo Despesa	Descrição	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
BEM	<a href="#">Computador Mini Desktop Processador: dev</a>	113.0	R\$ 10.080,38	R\$ 1.139.082,55
BEM	<a href="#">Monitor de Vídeo Tela 100% plana de LED,</a>	113.0	R\$ 1.353,25	R\$ 152.917,25
BEM	<a href="#">Impressora Multifuncional Velocidade</a>	7.0	R\$ 2.704,59	R\$ 18.932,13
BEM	<a href="#">Scanner de Mesa Tecnologia de Digitaliza</a>	5.0	R\$ 2.913,07	R\$ 14.565,35
BEM	<a href="#">Notebook Placa principal com 2 (dois),</a>	6.0	R\$ 6.583,79	R\$ 39.502,72
<b>Total</b>				<b>R\$ 1.365.000,00</b>

Aprovo o Plano de Trabalho.

<i>assinado eletronicamente</i> <b>BRUNO ANDRADE COSTA</b> Diretor do Departamento de Promoção de Políticas de Justiça da Secretaria Nacional de Justiça <i>No uso das atribuições previstas na Portaria SENAJUS/MJSP Nº 32, de 3 de Dezembro de 2021.</i> SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO	<i>assinado eletronicamente</i> <b>DESEMBARGADORA WALDIRENE CORDEIRO</b> Presidente do TJAC
---	---



Documento assinado eletronicamente por **Waldirene Oliveira da Cruz-Lima Cordeiro, Usuário Externo**, em 16/12/2021, às 12:27, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Andrade Costa, Secretário(a) Nacional de Justiça - Substituto(a)**, em 16/12/2021, às 17:36, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **16719169** e o código CRC **C0847A01**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.